Em ANÁLISE

* DOCUMENTOS DE APOIO *

Nº 8 – Fevereiro de 2006 – Gabinete de Investigação e Projectos

Privação material

Síntese

Apresentamos aqui o resultado da análise de um documento produzido pela Eurostat datado de Janeiro de 2006 e que apresenta uma reflexão sobre o **conceito de Privação Material** no contexto da União Europeia. Este estudo, que induz a uma nova reflexão acerca do tema da pobreza e exclusão social na Europa, apresenta Portugal em destaque, por razões relacionadas com a sua performance em termos dos items relativos àquilo que a Eurostat considerou como Privação Material.

Durante o período de 1994-2001 o **Painel Europeu dos Agregados familiares** tem sido tradicionalmente a principal fonte de recolha de dados no campo do rendimento, pobreza e exclusão social. O Painel Europeu dos Agregados familiares é uma pesquisa baseada num questionário standardizado que desenvolve uma entrevista anual a um painel representativo de agregados familiares e indivíduos, cobrindo um vasto conjunto de tópicos: rendimento (incluindo os vários benefícios sociais), saúde, educação, habitação, características demográficas e emprego. Este instrumento foi desenvolvido pelo Eurostat em colaboração com os Estados Membros.

O Painel Europeu dos Agregados Familiares tem vindo a ser substituído pelas **Estatísticas Europeias sobre o rendimento e condições de vida (EU-SILC)**, que se tornará a fonte estatística de referência para o rendimento e condições de vida, e indicadores comuns de inclusão social.
O Projecto Europeu dos Indicadores foi lançado em 2003, na base de um "acordo de cavalheiros" em seis Estados Membros (Bélgica, Dinamarca, Grécia, Irlanda, Luxemburgo e Áustria), assim como a Noruega.

O desenvolvimento e a utilização dos indicadores de privação material encontra-se a ser discutido no Sub-grupo do Comité de Protecção Social ligado aos Indicadores, com o propósito de redefinir e consolidar a lista original de indicadores comuns adoptados em Laecken. Não existe ainda um acordo claro apesar dos muitos progressos registados. Este documento do Eurostat discute as opções metodológicas para a construção deste tipo de indicadores, tentando apresentar alguns resultados baseados nos dados disponíveis. Em antecipação dos dados harmonizados para os 25 Estados Membros recolhidos sob a égide do novo instrumento estatístico (SILC), o cálculo dos indicadores de privação material foi investigado na base do Painel Europeu dos Agregados familiares para os 15 Estados Membros, complementado pelo resultado das evidencias disponibilizadas pelo SILC para os 6 Estados membros que lançaram o novo instrumento em 2003.

Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal
Rua de Costa Cabral, 2368 4200-218 Porto
☎ 225 420 800 🗎 225 403 250 @ geral@reapn.org 🖶 www.reapn.org

A nível europeu, os indicadores mais comuns no campo da pobreza e exclusão social são baseados numa abordagem monetária, abordagem esta relativa por ser baseada no limiar definido em relação à distribuição do rendimento em cada país. A abordagem apresentada neste documento do *Eurostat* procura complementar a informação sumarizada nestes indicadores, **olhando para medidas de privação material mais absolutas, baseadas em diferentes dimensões** (pressão económica; falta forçada de bens duráveis; e problemas de habitação). A **sobreposição entre a pobreza monetária relativa e a privação material é também analisada**, assim como os factores de risco associados a estar em situação de privação em diferentes dimensões. Na lista actual de indicadores comuns de pobreza e exclusão social a serem usados no contexto do Método Aberto de Coordenação de Inclusão Social, há um *focus* inicial nos indicadores de pobreza monetária relativa, definidos em relação à distribuição do rendimento em cada um dos países. **Uma noção absoluta é considerada menos relevante para a União Europeia, por duas ordens de razões**: primeiro, porque o principal e prioritário desafio para a Europa é que toda a população partilhe de um nível médio de prosperidade; segundo, porque o que é considerado como os níveis de vida minimamente aceitáveis, depende largamente do nível geral de desenvolvimento social e económico, que tende a variar consideravelmente de país para país.

Coloca-se a questão da capacidade dos indicadores existentes reflectirem de forma satisfatória a situação nos actuais Estados Membros (e países candidatos à adesão), assim como as diferenças entre eles e os velhos Estados Membros.

Quando comparadas as situações nacionais numa Europa Alargada, o comportamento em termos da exposição à pobreza monetária relativa é muito idêntica entre "velhos" e "novos" Estados membros, mesmo quando os níveis de vida são muito diferentes. Uma ilustração desta diversidade das condições de vida pode também ser obtida por alguma evidência parcial disponível sobre a privação material nos Novos Estados membros e nos Países de adesão. Verifica-se que, cerca de 30% das pessoas, gostariam de ter um carro, mas não conseguem comprá-lo na maior partes dos Novos Estados Membros e nos Países candidatos, excepto na Republica Checa, Chipre, Malta e Eslovénia que estão mais próximos da média dos 15.

A diversidade da privação nos 25 é ainda mais relevante quanto ao acesso às necessidade básicas, porque a percentagem de pessoas que não podem obter uma refeição com carne, frango ou peixe *dia sim dia não* é próxima ou inferior a 30% em cinco dos 10 Novos Estados membros e ainda mais nos Países de Adesão e nos países Candidatos (a média dos 15 é 4%).

A proporção de pessoas que não têm um quarto-de-banho completo é cerca de 20% nos países bálticos, isto é, mais 3 vezes do que em Portugal, que é um dos países mais desfavorecidos da Europa dos 15. Estes dados permitem concluir e sublinhar a necessidade de complementar a informação fornecida por indicadores de pobreza monetária relativa, de forma a dar um retrato mais completo das condições de vida das pessoas em diferentes contextos nacionais.

Neste documento a **privação material** é definida como **a falta forçada de uma combinação de items relacionados com as condições materiais de vida, tais como as condições de habitação, posse de bens duradouros, e a capacidade de satisfazer as necessidades básicas**. É importante referir que os indicadores propostos não são índices de exclusão social que têm em conta todas as dimensões do fenómeno (ex: acesso ao mercado de trabalho, saúde, educação, participação social, etc.). Pretendem simplesmente oferecer uma informação sintética sobre as condições materiais de vida numa Europa Alargada.

Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal
Rua de Costa Cabral, 2368 4200-218 Porto
☎ 225 420 800 🗎 225 403 250 @ geral@reapn.org 🖶 www.reapn.org

Os itens foram agrupados em 3 dimensões: **pressão/esforço económico** (não podem ter uma semana de férias fora de casa; uma refeição com carne, frango ou peixe dia sim dia não, aquecimento em casa, e atraso nos pagamentos ou dividas), **perda forçada de bens duradouros** (TV a cores, telefone, carro próprio), **e habitação** (acomodação muito escura, telhado em mau estado e más condições do chão, janelas, banho e chuveiro no domicilio, banho interior de uso exclusivo do agregado familiar).

Relativamente ao indicador "pressão/esforço económico" (de pelo menos um dos itens considerados) verifica-se que afecta uma pequena parte da população dos Estados Membros, com excepção da Grécia, Portugal e Irlanda onde essa percentagem atinge uma percentagem superior a 10%. A privação em relação aos "Bens duradouros" reflecte-se sobretudo em relação à posse de carro próprio. Em termos de habitação Portugal aparece como o país que enfrenta o maior risco de privação, muito longe dos restantes Estados membros, com cerca de 40% da população apresentando pelo menos um problema de habitação.

Os países com grandes proporções de pessoas que sofrem da privação de bens duradouros também enfrentam alto risco de pobreza monetária. Entre os países com mais altas taxas de risco de pobreza (Grécia, Irlanda, Espanha, Portugal e Itália), o nível de privação é alto, com excepção da Irlanda onde o nível de privação é menor do que seria de esperar tendo como referência a taxa de risco de pobreza.

REAPN
Fevereiro, 2006

Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal
Rua de Costa Cabral, 2368 4200-218 Porto
☎ 225 420 800 🗎 225 403 250 @ geral@reapn.org 🖶 www.reapn.org